



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CARLA PINTO DE CARVALHO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DOS
BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO/SE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017

CARLA PINTO DE CARVALHO

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DOS
BENEFICIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO
SOCORRO/SE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Serviço Social como requisito parcial
à obtenção do grau de Bacharelado em
Serviço Social.

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia
Machado Aranha.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças e ter conseguido chegar até aqui.

Agradeço a minha mãe, Dona Marivalda, minha companheira e amiga, por sempre estar comigo, me apoiando e me encorajando a não desistir, por estar comigo em todas as situações, tanto boas, como ruins. A minha irmã e confidente, Elaine, que também sempre está ao meu lado, independentemente das ocasiões. Ao meu sobrinho, Kayke Gabriel e ao meu filho, José Roberto, apesar de pequeninhos e não compreenderem muita coisa me dão forças para seguir adiante e buscar sempre o melhor. Amo vocês!

Aos meus avós, meus tios/tias, meus primos/primas, meu cunhado Freire, sou eternamente grata.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Machado Aranha, pelo apoio, incentivo, compreensão e paciência, a senhora foi fundamental nesse momento em minha vida. Agradeço de Coração!

Aos meus amigos, Antônio Carlos e Luis Carlos, obrigada pelas risadas, pelos choros, pelos conselhos, pelos puxões de orelha, vocês são como irmãos para mim, presentes que a UFS me deu e que levarei para sempre.

Por fim, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta me ajudaram e me deram forças, com conselhos ou atitudes, o meu muito obrigado!

RESUMO

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que tem como principal objetivo reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. O presente trabalho tem como objeto de estudo este Programa na visão dos beneficiários do município de Nossa Senhora/SE. O objetivo foi traçar o perfil dos beneficiários e verificar a sua visão acerca do mesmo. A metodologia utilizada é do tipo quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva. Baseou-se em pesquisa bibliográfica e empírica. O instrumento de coleta de dados consistiu de um formulário semi-estruturado, com perguntas fechadas e abertas, aplicado junto a 35 mulheres que acessam o Centro de Referência de Assistência Social no referido município, e se disponibilizaram a respondê-lo. Os principais resultados mostraram que as beneficiárias possuem uma faixa de renda muito baixa, com um número elevado de desempregados na família. Avaliaram a contribuição do Programa como positiva, a qual é destinada para a aquisição de alimentos, medicação, pagamentos de aluguel, água e energia. Em relação às condicionalidades, a maioria considera positiva, o mesmo ocorreu quanto às dificuldades no seu cumprimento, muito poucas informaram que as possuem.

Palavras-chave: Política Social. Programa Bolsa Família. Condicionalidades. Programa de Transferência de Renda.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program is an income transfer program whose main objective is to reduce poverty and social inequalities. The objective of this study is to study this Program in the view of the beneficiaries of the municipality of Nossa Senhora / Se. The objective was to outline the profile of the beneficiaries and verify their views on it. The methodology used is of the qualitative-quantitative type, of exploratory and descriptive nature. It was based on bibliographical and empirical research. The data collection instrument consisted of a semi-structured form, with closed and open questions, applied to 35 women who access the Reference Center of Social Assistance in said municipality, and made themselves available to answer it. The main results showed that beneficiaries have a very low income bracket, with a high number of unemployed in the family. They evaluated the contribution of the Program as a positive one, which is destined to the acquisition of food, medication, rent payments, water and energy. Regarding the conditionalities, the majority considered positive, the same occurred regarding the difficulties in compliance, very few reported having them.

KEYWORDS: Social Policy. Bolsa Família Program. Conditionalities. Income Transfer Program.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS | 3 |
| 1.1 EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS..... | 4 |
| 1.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA | 14 |
| 1.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA..... | 16 |
| 2 - BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO: UMA BREVE APROXIMAÇÃO..... | 31 |
| 2.1 PERFIL DAS PESSOAS PESQUISADAS | 31 |
| 2.1.2 FAIXA ETÁRIA..... | 31 |
| 2.1.3 ESTADO CIVIL..... | 32 |
| 2.1.4 ESCOLARIDADE..... | 33 |
| 2.1.5 ATIVIDADE REMUNERADA NA FAMÍLIA..... | 34 |
| 2.1.6 NÚMERO DE FILHOS..... | 35 |
| 2.2 DADOS RELATIVOS AO BENEFÍCIO..... | 36 |
| 2.2.1 TITULAR DO BENEFÍCIO..... | 36 |
| 2.2.2 TEMPO QUE RECEBE O BENEFÍCIO..... | 36 |
| 2.2.3 VALOR RECEBIDO..... | 37 |
| 2.2.4 MUDANÇAS APÓS O BENEFÍCIO..... | 38 |
| 2.2.5 DESTINAÇÃO DOS GASTOS..... | 39 |
| 2.2.6 OPINIÃO SOBRE AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA..... | 40 |
| 2.2.7 DIFICULDADES NO CUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES..... | 41 |
| 2.2.8 DESEMPREGADO NA FAMÍLIA..... | 42 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 44 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 46 |
| APÊNDICE..... | 49 |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como temática o Programa Bolsa Família (PBF) e como objeto de estudo o PBF na visão dos beneficiários residentes no município de Nossa Senhora do Socorro. A escolha do tema se deu frente à importância social que o Programa possui para a população que se situa na linha da pobreza ou abaixo dela.

O objetivo foi traçar o perfil dos beneficiários e beneficiários e verificar a sua visão acerca do PBF, no sentido de compreender como o Programa contribui para a população que está na linha da pobreza ou abaixo dela, em relação ao acesso a direitos sociais básicos.

O PBF, desde a sua criação, vem se mostrando como um importante programa de transferência de renda para a redução da pobreza e extrema pobreza no Brasil. Apesar disso, muitas críticas são feitas, como o seu papel para reforçar o chamado “efeito preguiça”, não estimulando as pessoas a buscarem trabalho. Outra crítica é seu caráter focalizado, não atingindo grande parte da população que possui renda muito baixa.

Outra questão é acerca das condicionalidades que os beneficiários têm de cumprir em relação à educação e saúde. Para muitos, isso dificulta ainda mais o acesso, embora outros considerem que essa é uma forma de melhorar os índices educacionais e de saúde da população beneficiária. Estes são alguns pontos tratados no trabalho.

A metodologia utilizada no estudo foi do tipo quali-quantitativa, de natureza exploratória e descritiva. Segundo Severino, “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.” (2007, p. 123). Baseou-se em pesquisa bibliográfica e empírica. O instrumento de coleta de dados consistiu em um formulário semi-estruturado, com perguntas fechadas e abertas. A pesquisa empírica foi realizada junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Professora Maria Luiza Dantas, localizado em Nossa Senhora do Socorro/SE, onde foram aplicados 35 formulários às pessoas que se disponibilizaram a respondê-lo, assinando o Termo de Consentimento, no caso, apenas mulheres atenderam ao requisito.

Após a coleta, os dados foram organizados por variável e apresentados em gráficos. As análises e interpretações dos dados deram impulso para ir além da aparência para se chegar à essência do fenômeno, possibilitando assim uma melhor aproximação à realidade do Programa. De acordo com Netto (2011, p. 22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

O texto encontra-se dividido dois capítulos, além da introdução e considerações finais, sendo organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo é feita uma abordagem da emergência e desenvolvimento das políticas sociais; em seguida, foram discutidos programas de transferência de renda e, no último item, foi apresentado o Programa Bolsa Família desde a sua criação até os dias atuais, levando em consideração as suas condicionalidades, o público-alvo e a gestão do Programa.

O segundo capítulo apresenta a análise dos dados que foram obtidos por meio dos formulários que foram aplicados. Os dados foram organizados e apresentados em forma de gráfico. Um item foi dedicado ao perfil das beneficiárias, contendo faixa etária, estado civil, escolaridade, atividade remunerada e número de filhos. O outro item trouxe os resultados a respeito do benefício: titularidade, tempo que recebe o benefício, mudanças que correram após a concessão do benefício, destinação do valor recebido, opinião sobre as condicionalidades, dificuldades para cumprir as condicionalidades e desemprego na família.

Com a pesquisa, esperamos contribuir para as discussões sobre o PBF.

CAPÍTULO I

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Neste capítulo fazemos uma breve discussão das políticas sociais e dos programas de transferência de renda, para depois inserir um panorama do Programa Bolsa Família no Brasil.

1.1 Emergência e desenvolvimento das políticas sociais

As primeiras manifestações do surgimento de formas de proteção social, muitas vezes, consideradas como embrião das políticas sociais, aparecem antes mesmo do aparecimento do capitalismo, como as ações da Igreja Católica, que são exemplo disso.

A origem da Política Social é anterior até mesmo ao surgimento do capitalismo, pois esta apareceu como uma forma de responder à algumas demandas da população, onde o Estado e a sociedade uniram-se para dar conta dessas solicitações no período pré-capitalistas. A Igreja Católica é uma das primeiras Instituições a conceder “respostas” para a sociedade através da caridade que levaria “a Deus”. E por isso, desde o seu surgimento, a Política Social está repleta de contradições. (ROSA, 2014, p. 2).

No entanto, essa não é a compreensão da maioria dos autores que debatem o assunto. O que é mais destacado é que as políticas sociais surgiram com o intuito de amenizar a luta de classes e proporcionar respostas às expressões da questão social. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 51)

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – e em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Apesar de possuírem características punitivas para “[...] manter a ordem social e punir a vagabundagem” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p. 47) algumas ações e leis foram criadas. Segundo Castel (1998) e Polanyi (1980) (apud CARVALHO; LEITE, 2010, p.42) essas leis possuíam algumas características, conforme podem ser visualizadas no quadro abaixo:

QUADRO 1 – LEIS INGLESAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

| | |
|-----------------------------------|---|
| Estatuto dos Trabalhadores (1349) | Era contra as bases da assistência e incentivava a busca pelo emprego. |
| Estatuto dos Artesãos (1563) | O trabalho era obrigatório entre 12 e 60 anos. A organização do trabalho estava fundamentada em três pilares: “obligatoriedade do trabalho, sete anos de aprendizado e um salário anual determinado pela autoridade pública”. (POLANYI, 1980 apud CARVALHO; LEITE, 2010, p.42). |
| PoorLaws (1531 a 1601) | Impuseram que trabalhassem os considerados capacitados para tentar conter a vagabundagem. |
| Lei de Domicílio (1662) | Proibia os que não tinham condições de se manter ficarem perambulando pelas cidades. |
| Speenhamland (1795) | Possibilitou um aumento na renda das famílias, mas em troca impedia que as pessoas saíssem de suas respectivas cidades. |
| Nova Lei dos Pobres (1834) | Marcou o trabalho como a única fonte de renda e designou a assistência como parte da filantropia. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007apud CARVALHO; LEITE, 2010, p. 44). |

Fonte: Elaboração da autora a partir de Carvalho e Leite (2010)

Políticas Sociais podem ser compreendidas como medidas do Estado que visam atuar no enfrentamento da questão social, no sentido de melhorar as condições de vida da população, por meio da garantia dos direitos sociais, levando em consideração o cenário público e político das diferentes conjunturas. Assim,

Os direitos sociais foram incorporados ao status de cidadania sob a visão de que os serviços sociais não eram um meio de equalizar economicamente a sociedade, mas um mecanismo de instauração da igualdade de oportunidades: o Estado garantiria o mínimo de bens e serviços essenciais visando igualar o status de cidadão de todos os indivíduos, e não o seu nível de renda. (PINHEIRO JÚNIOR, 2010,p. 3).

Behring e Boschetti (2006) afirmam que a análise da política social pode ser feita a partir de três bases metodológicas, são elas: a funcionalista, a idealista e a marxista.

- A perspectiva funcionalista afirma que os fatos sociais estão postos na sociedade e as pessoas têm que se adaptar a eles, as instituições e organizações têm poder de coerção, ou seja, influencia no pensamento e desejos das pessoas.
- A perspectiva idealista afirma que os fatos sociais têm como base a experiência humana, ou seja, as ações, as intenções de cada indivíduo.
- A perspectiva marxista afirma que tudo está em processo de mudança, enfatizando o movimento da sociedade, a relação sujeito e objeto e a importância do trabalho na formação do ser social.

Para as autoras, as políticas sociais para surgirem e se expandirem dependeram de alguns fatores.

Para as autoras,

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 64).

As políticas sociais só ganharam uma maior visibilidade com o surgimento do Welfare State, ou Estado de bem-estar social, quando o Estado

passa a intervir em vários âmbitos, a exemplo do estabelecimento de políticas sociais para assegurar direitos sociais básicos, como: educação, saúde, entre outros.

[...] Juntamente com os investimentos na produção, o Estado deveria também regular as relações de trabalho e oferecer serviços sociais básicos, de modo a permitir que as pessoas trabalhassem tranquilas e que pudessem destinar suas rendas ao consumo de bens. Os serviços públicos, por sua vez, também geravam empregos, dinamizando ainda mais a economia. (SANTOS, 2009 apud SUCAIAR, 2011, p. 9).

A constituição do Welfare State foi influenciada pelos ideais de John Maynard Keynes, que defendia o pleno emprego, esperando que o capitalismo saísse da crise de 1929-1932

Para ele, o estado teria que ser o agente controlador dos mercados para garantir seu equilíbrio. O Estado deveria ser regulado, sob uma economia mista onde Estado e mercado se articulavam para estabelecer políticas sociais e econômicas que garantissem o pleno emprego e um conjunto de benefícios e direitos que assegurasse padrão mínimo para a sobrevivência, quais sejam: seguro social obrigatório, leis de proteção ao trabalho, salários mínimos, serviços públicos de saúde, educação, habitação subsidiada. (DE SOUSA; SOUSA, 2013, p. 4).

A criação da Seguridade Social buscava fazer com que as pessoas que trabalhassem repassassem para o Estado uma determinada quantia, sendo que seria investida em benefícios de proteção tanto em caso de desemprego, como na saúde e aposentadoria. Foi considerada um grande avanço na política social, pois possibilitou uma nova forma de concebê-la.

Neste momento, o Estado ganhou vários nomes como Welfare State, Keynesiano, Estado providência, Estado assistencial ou Estado de bem-estar social. Este caminha junto ao mercado a fim de suceder o Estado Liberal e utiliza-se da força estatal mediante a implementação de políticas públicas, incumbidas de oferecer ao cidadão um mínimo de igualdade social com dignidade e um padrão mínimo de bem estar. (SUCAIAR, 2011, p. 10).

O Plano Beveridge foi implantado em 1946 e defendia que todos eram merecedores dos direitos sociais básicos, mesmo sem contribuição.

Neste relatório, amplamente discutido desde 1942 e implantando efetivamente em 1946, todos os indivíduos são beneficiários do sistema de proteção social, independentemente de contribuições prévias ou de comprovação de baixa renda, pois todos são membros de uma mesma comunidade nacional. (RIVA, 2012, p. 21).

Segundo Lavinhas e Cobo (2009, apud RIVA, 2012, p. 21), o Plano Beveridge tem como base três princípios, são eles:

- Criar uma política de apoio às famílias;
- Oferecer uma política de saúde integrada, que tinha como base a criação do Sistema Nacional de Saúde em 1946;
- Manter a economia em estado de pleno emprego.

Thomas Humphrey Marshall também foi importante para o processo de construção do Welfare State, tinha como principal enfoque o tripé que constitui a cidadania.

[...] é o conceito de cidadania, cuja construção é de T.H. Marshall, que comporta em sua análise a noção dos direitos individuais(direitos civis), propriedade, de ir e vir, religião, contrato, liberdade de pensamento, cuja institucionalização são efetivadas nos tribunais de justiça; os direitos políticos, de votar e ser votado, direito a ter sindicalização e partidos políticos; e por último os direitos sociais , que garantiriam a cada ser humano ter um mínimo de existência, possibilitando os mínimos básicos de bens e serviços garantidos pelo Estado. (DE SOUSA; ALCINÉLIA SOUSA, 2013, p. 7).

Em relação ao Brasil, as primeiras iniciativas de proteção social surgiram em 1923, com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) através da lei Eloy Chaves, e depois os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), tendo como principal objetivo a garantia dos direitos do trabalhador, embora restritos a algumas categorias profissionais.

O Governo de Getúlio Vargas começa no ano de 1930, o chamado Governo Provisório, que vai de 1930 a 1934, tinha como principal característica o populismo que significa “aceitação e feição do povo” por quem está no poder. Suspendeu a Constituição de 1891, e no seu governo também são evidenciados a política trabalhista e o nacionalismo.

[...] Através de sua política trabalhista, buscava, ao mesmo tempo, controlar as greves e os movimentos operários e estabelecer um sistema de seguro social. Falava explicitamente em substituir a luta de classes pela colaboração de classes. (FALEIROS, 2000, p. 45).

No âmbito das medidas de caráter assistencial, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, por Darcy Vargas, tendo como principal objetivo auxiliar as famílias dos soldados que participaram da 2ª Guerra Mundial.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), coordenada pela primeira-dama, para atender às famílias de pracinhas envolvidos na guerra. Mas depois de 1946, passa a dedicar-se à maternidade e à infância, implantando postos de serviço de acordo com interesses, apoios e conveniências, buscando a legitimação do Estado junto aos pobres. Na distribuição de benefícios sociais predominava o assistencialismo, numa junção de obras de caridade, na maioria religiosas, com ações das primeiras-damas. (FALEIROS, 2000, p. 46).

Após o Governo Provisório surge o Governo Constitucional, que acontece entre os anos de 1934 a 1937. Foram criadas a Ação Integralista Brasileira (AIB) que possuía um caráter conservador se espelhando em Hitler, Mussolini, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que se baseava em conceitos sociais e na Revolução de 1917, na União Soviética.

O Estado Novo começa em 1937 e vai até 1945, segundo Couto (2004) foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização burocrática, pois surgia do poder central e sustentava-se em medidas autoritárias, possuindo também traços paternalistas.

Beneficiado pela intensa propaganda anticomunista e contando com o apoio da classe média, das forças armadas e da burguesia, Vargas decreta o

Estado Novo, apoiado no plano COHEN¹. Uma nova Constituição foi imposta e com ela o poder legislativo foi extinto, e o poder Judiciário ficou submetido as ordens do poder Executivo, e a nomeação pelo Presidente da República dos Governadores agora sendo intitulados como interventores dos Estados. (FERREIRA, 2010).

Os opositores do regime foram perseguidos e muitos foram presos e torturados, além disso, a Constituição mantinha as leis trabalhistas, sendo que isso foi fundamental para garantir o apoio dos trabalhadores, foram introduzidos o salário mínimo, a carteira de trabalho e a Consolidação das leis Trabalhistas (CLT).

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) tinha como principal objetivo organizar as diversas relações de trabalho.

Seu principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. A CLT é o resultado de 13 anos de trabalho - desde o início do Estado Novo até 1943 - de destacados juristas, que se empenharam em criar uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de "estado regulamentador".

A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja sigla é CLT, regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural. Desde sua publicação já sofreu várias alterações, visando adaptar o texto às nuances da modernidade. Apesar disso, ela continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores. (ZANLUCA, 2014, p. 18).

O Governo impulsionou também a industrialização nacional com a criação da Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional. Após a renúncia de Vargas, começa o Estado democrático, havendo a substituição da Constituição de 1937 pela nova Constituição de 1946, eliminando dessa forma aspectos autoritários frente ao poder, surgindo também às eleições diretas. A nova Constituição regulamentou vários direitos do trabalho e previdência social referentes à expansão urbana e industrial que estava em andamento nessa época. Garantia livre associação dos trabalhadores em sindicatos, direito à greve, revalidação dos diplomas obtidos

¹ O Plano COHEN foi um documento falso que alegava que estava se formando uma conspiração comunista com o intuito de se tomar o poder. Disponível em <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php>>. Acesso em: 26 de ago. 2017.

no estrangeiro, acesso a cargo público por concurso, entre outros (SOUZA, 2005).

No Governo de João Goulart, foram tomadas as iniciativas para que as reformas de base fossem executadas, nos âmbitos educacional, administrativo e social. O discurso feito por João Goulart foi estopim que desencadeou o golpe militar, que ocorreu em 13 de março de 1964.

Com o golpe, foi instaurada a ditadura militar, regime que se baseava na força, na repressão, no cerceamento dos direitos civis e políticos.

A ditadura de caracterizou por forte censura, ausência de eleições, controle do Congresso Nacional pelo poder militar, então no Executivo, e repressão violenta aos opositores, considerados subversivos por lutarem, de forma armada ou não, pela derrubada do sistema autoritário e sua substituição pelo sistema democrático e/ou socialista. Dezenas de brasileiros foram presos, torturados, exilados, mortos, desaparecidos. (FALEIROS, 2000, p. 47).

Segundo Dalago (2007, p. 3)

Durante os anos da Ditadura Militar as políticas sociais possuíram em seu interior o objetivo de legitimação do sistema autoritário vigente, com caráter fragmentário, setorial e emergencial, se sustentando da necessidade de dar legitimidade ao governo que buscava bases sociais para manter-se no poder. Neste período passava-se a ideia de que o desenvolvimento social seria decorrente do desenvolvimento econômico.

Como exemplo de política social no período da ditadura militar podemos citar a criação do FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)², o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO e a junção dos institutos de previdência em um só órgão que ficou conhecido como o INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INPS).

² O Fundo de garantia por tempo de serviço tem como principal objetivo defender os direitos do trabalhador, caso seja demitido mediante uma situação sem justa causa. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_de_Garantia_do_Tempo_de_Servi%C3%A7o>. Acesso 26 de ago. 2017.

Os anos de 1969 a 1973 ficaram conhecidos como o “milagre econômico, devido ao grande avanço na economia brasileira durante esse período.”

Essa foi a forma que assumiu a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos para o consumo de massa restrito – que, ademais, já vinha acontecendo desde 1955, com o Plano de Metas, mas que na ditadura militar ganha um contorno mais agressivo. No Brasil da lapidar frase “Ame ou deixe-o”, tais mecanismos são introduzidos sem o pacto social-democrata e sem os consensos dos anos de crescimento na Europa e EUA, e com uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho, mas que ampliou o mercado interno, embora aquém de suas possibilidades, alimentando os sonhos da casa própria, dos filhos doutores e do “Fusão” na garagem entre os segmentos médios e de trabalhadores. De outro lado expandia-se também a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 135).

A partir dos anos 1980, as políticas sociais se desenvolveram e passaram a garantir melhoria tanto nas condições de trabalho como na vida dos trabalhadores, devido também a luta dos movimentos sociais. No entanto,

A política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade. (PIANA, 2009, p. 38).

Em 1985, começa a fase da democracia, a Assembleia Nacional Constituinte foi criada, e tinha como presidente Ulysses Guimarães, sendo que em 1988 a Constituição Cidadã foi promulgada.

[...] travou-se, a partir de 1985, com a Assembleia Constituinte, uma luta na sociedade em torno da definição de novos procedimentos e de regras políticas que regulassem as relações do Estado com a sociedade civil, objetivando criar um novo posicionamento democrático. (PIANA, 2009, p. 42).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco nos quesitos de direitos, possibilitando dessa forma avanços significativos.

Por intermédio da garantia dos direitos civis, sociais e políticos, a Constituição de 1988 buscava construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação. Para tanto, a nova Carta combinaria as garantias de direitos com a ampliação do acesso da população a bens e serviços públicos. (CASTRO; RIBEIRO, 2009, p. 28).

Várias mudanças foram idealizadas, como por exemplo, a intenção de reverter o tratamento antidemocrático da questão social; uma proposta de integração das políticas destinadas a assegurar os direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988 definiu instrumentos de participação da sociedade civil no controle da gestão das políticas sociais, estabeleceu mecanismos de participação e implementação destas políticas, apontou canais para o exercício da democracia participativa, por meio de decisões direta como o plebiscito, referendo e de projetos de iniciativa popular. Nesta perspectiva, a Carta Constitucional instituiu a criação de conselhos integrados por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil para colaborar na implementação, execução e controle das políticas sociais. (PIANA, 2007, p. 43).

O Governo de Fernando Collor tinha como lema o combate aos marajás, que significava combater as altas remunerações que eram destinadas a pessoas do setor público. Seu mandato foi cercado por corrupções por isso foi destituído do cargo por meio do impeachment, possibilitou a abertura econômica juntamente com as privatizações, prejudicando a economia nacional (FALEIROS, 2000).

Depois de Collor, Itamar Franco assumiu o poder e possibilitou avanços nas questões de Assistência Social, como por exemplo, a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)³, adotou o Real como moeda oficial do país.

³ O INSS foi à junção do Instituto de Administração Financeira da previdência e Assistência (IAPAS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo o responsável por

Conforme a Lei nº 8.742 (BRASIL, 1993, art. 1), o principal objetivo da LOAS é garantir a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a tentativa de colocar o país em desenvolvimento tendo como base as políticas neoliberais⁴, iniciadas no governo Collor e seguidas por Itamar Franco. No seu mandato também houve privatizações e altas taxas de desempregos “Esta política provocou o maior desemprego jamais visto no país (18%), em média na Grande São Paulo em 1988.” (FALEIROS, 2000, p. 52).

1.2 Programas de transferência de renda

Os Programas de transferência de renda são transferências monetárias que atuam juntamente com os serviços de saúde, educação e trabalho com o intuito de garantir a dignidade dos beneficiários.

Os Programas de Transferência de Renda são concebidos no âmbito dessas reflexões enquanto uma transferência monetária direta destinada a famílias e a indivíduos, sendo essa transferência, no contexto da experiência brasileira, articulada a ações de prestação de serviços, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, na perspectiva de que a renda monetária transferida, juntamente com as ações desenvolvidas, possibilite a autonomização das famílias beneficiárias. (SILVA e SILVA, 2003, p. 7).

Surgiram com o intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. Segundo Macedo e Brito (2004, p. 15)

designaros benefícios referentes a aposentadorias, pensão por morte, salário maternidade, entre outros. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_do_Seguro_Social> Acesso em 26 de ago. 2017.

⁴ O Neoliberalismo defende a não participação do Estado na economia, tendo sido idealizado por Milton Friedman. Disponível em <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em 26 de ago. 2017.

O Estado estabelece, com o apoio de organismos internacionais, novas estratégias de combate à pobreza, que têm como alvo privilegiado os grupos chamados vulneráveis. Consequentemente, uma primeira observação sobre essa estratégia indica a focalização e a fragmentação dos programas sociais, que representam um gradual deslocamento do modelo de seguridade social delineado no marco constitucional de 1988, tendo como princípio básico a universalização do acesso a bens e serviços. Essa tendência de seletividade e focalização acaba aprofundando a conformação dual da seguridade social, no Brasil, que é apontada na história da proteção social no país. Aos grupos mais vulneráveis socialmente, e não inseridos no mercado de trabalho, destina-se a assistência social, enquanto os trabalhadores inseridos no mercado formal do trabalho vinculam-se à previdência social.

Os programas de transferência de renda no Brasil começaram a ganhar uma maior visibilidade no ano de 1991, com o Programa de Garantia de Renda Mínima.

O Senador Eduardo Suplicy em 1991 apresentou no Senado Federal o Projeto de Lei nº 80/1991, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com renda que correspondesse hoje em média a 1,5 salários mínimos. (COLARES, 2010, p. 4).

Em 1996, o Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI)⁵ e o Benefício de prestação continuada (BPC)⁶ foram as primeiras experiências do governo federal no âmbito da transferência de renda.

⁵O PETI é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que freqüentem a escola e atividades sócio-educativas, sendo que o governo paga de R\$ 25 por criança em atividade para a família que retirar a criança do trabalho, em municípios, na área rural ou urbana, com população inferior a 250.000 habitantes; de R\$ 40 por criança, em atividade urbana, em capitais, regiões metropolitanas e municípios com população superior a 250.000 habitantes. Disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PETI.pdf> Acesso em 21 de set. de 2017.

⁶ O BPC garante a transferência mensal de um salário mínimo às pessoas idosas e às pessoas com deficiência, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. O benefício poderá ser prestado inclusive aos brasileiros naturalizados, desde que residam no Brasil e atendam aos critérios estabelecidos na legislação. Trata-se de um benefício individual e intransferível, previsto no art. 203 da constituição federal de

Fernando Henrique Cardoso criou alguns programas, como: Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação, sendo possível através dessa junção a criação de outros programas de transferência de renda que possibilitam a diminuição da pobreza e da desigualdade social.

Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, no ano de 2003, criou o Programa Fome Zero que buscava combater a fome e a mortalidade infantil, junto com ele surgiu o Programa Bolsa Família, que possibilitou a melhoria das condições de vida das famílias em situação de extrema pobreza e pobreza.

Para garantir a inclusão, o Fome Zero vê como providência fundamental que as pessoas pobres passem a contar com uma base sobre a qual possam se sustentar. Tal base pode ser o controle de algum “ativo” que alavanque futuras rendas ou, ao menos, a posse de bens que reduzam o grau de comprometimento de sua renda com aluguel, prestações, ou juros pagos a agiotas (ARBACHE, 2003, p. 49).

A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que o Programa Fome Zero foi o primeiro passo dado contra a fome e que a redução da pobreza extrema, nas zonas rurais e urbanas foi bastante significativa. Com o sucesso do projeto no Brasil, o Fome Zero inspirou várias agências da ONU e outros países no combate à fome. (ONU).

1.3 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003, no Governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sob a Medida Provisória nº 132, Lei nº 10.836. A gestão do programa é descentralizada e fica sob responsabilidade da União, do Distrito Federal, dos estados e municípios. (BRASIL, 2017).

O PBF foi vinculado ao Programa Fome Zero, e tem como principal objetivo combater a fome, fazendo com que as famílias tenham compromisso

1988, integrante da Política de Assistência Social, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS ([Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993](#)) e pelo [Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007](#). Disponível em <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?page_id=770> Acesso em 21 de set. de 2017.

com a educação e a saúde por meio das condicionalidades, buscando quebrar o ciclo geracional da pobreza. (BRASIL, 2017).

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi criado em 2004, e é o principal responsável em promover o desenvolvimento social, a segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país, tendo como função também verificar como ocorre a execução dos programas de transferência de renda, tendo como seu maior enfoque o PBF. (BRASIL, 2017).

Durante os 14 anos de existência, o PBF se expandiu de forma bastante significativa, sendo considerado a maior rede de proteção social brasileira com o foco na família. De acordo com Ribeiro (2007) o programa possui objetivos para que os usuários tenham acesso aos serviços públicos, pois são direitos sociais básicos.

[...] promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e as ações sociais do Poder Público. (RIBEIRO, 2007, p. 31).

O Programa Bolsa Família é resultado da junção dos programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação. O principal objetivo desses programas era a distribuição de determinados benefícios para famílias que estavam em situação de extrema pobreza e de pobreza. (Quadro 2).

QUADRO 2 – BENEFÍCIOS E DESTINATÁRIOS POR PROGRAMA

| Benefício | A quem se destina |
|--------------------|---|
| Auxílio Gás | Foi criado no ano de 2001 e beneficiava as famílias que faziam parte dos programas sociais existentes na época. Destinava-se o valor de R\$ 15,00 para que auxiliasse na compra do gás de cozinha. |
| Bolsa Escola | Consistia na transferência de renda direta e o principal objetivo era incentivar a permanência das crianças nas escolas. Destinava-se o valor de R\$ 15,00 por criança. |
| Cartão Alimentação | Trazia a opção de os beneficiários comerem e comprarem nos estabelecimentos cadastrados. O valor destinado era de R\$ 50,00. |
| Bolsa Alimentação | Complementava a renda das famílias carentes para melhorar as condições de saúde de gestantes, bebês e crianças de até seis anos de idade. O valor era de R\$ 15,00 por beneficiário, podendo conter até três beneficiários, perfazendo um valor total de R\$ 45,00. |

Fonte: elaboração da autora, com base em Santana (2007).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2017), mais de 13 milhões de famílias recebem o benefício do PBF. Para receber o benefício, a renda per capita das famílias em situação de extrema pobreza não pode ultrapassar o valor de R\$ 77,00; Já as famílias em situação de pobreza, a

renda per capita deve ser entre R\$ 77,01 a R\$ 170,00. Os benefícios são divididos em duas modalidades: o básico e os variáveis. (Quadro 3).

QUADRO 3 – MODALIDADES DE BENEFÍCIOS E DESTINATÁRIOS

| Tipo de Benefício | A quem se destina |
|---|---|
| Benefício Básico | É destinado a famílias que estão em condições de extrema pobreza no valor de R\$ 85,00. |
| Benefício Variável a Gestante | É destinado o valor de R\$ 35,00, durante os 09 meses a partir do primeiro pagamento enquanto gestante. |
| Benefício Variável de 0 a 15 anos | É destinado o valor de R\$ 35,00 por criança ou adolescente, sendo concedido a até cinco membros da família. |
| Benefício Variável a Nutriz | É repassado o valor de R\$ 35,00 mensais por criança em 9 parcelas, durante a gravidez e a amamentação. |
| Benefício Variável vinculado ao adolescente | É repassado o valor de R\$ 42,00 por adolescente entre 16 e 17 anos, sendo que o limite é de até dois adolescentes. |

Fonte: elaboração da autora com base no Calendário do Bolsa Família (2017).

Para ingressar no Programa, existe uma série de análises que devem ser feitas para que as famílias sejam selecionadas, conforme mostra o quadro 4, abaixo:

QUADRO 4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS

| Base | Identificação no Cadastro Único | São concedidos verificando |
|--|--|--|
| <p>A estimativa de famílias em situação de pobreza no município;</p> <p>As famílias prioritárias; e as demais famílias, ordenadas pelos critérios: com menor renda mensal por pessoa; e maior número de crianças e de adolescentes de 0 a 17 anos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Famílias quilombolas; • Famílias indígenas; • Famílias de catadores de material reciclável; • Famílias em situação de trabalho infantil; ou • Famílias com integrantes libertos de situação análoga a de trabalho escravo. | <ul style="list-style-type: none"> • Renda mensal por pessoa da família; e • Composição familiar: Quantidade de pessoas da família; número de crianças; adolescentes até 17 anos; nutrízes (famílias com crianças de 0 a 6 meses de idade); ou gestante. |

Fonte: elaboração da autora com base no Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (2013).

O PBF possui três dimensões, a primeira delas é relacionada à renda, buscando dessa forma o alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda; a segunda dimensão é o reforço do acesso à educação, à saúde e à assistência social, compreendendo-se que o acesso a esses três direitos sociais básicos promovem o desenvolvimento humano, tendo como objetivo romper com o círculo da pobreza entre as gerações (BRASIL, 2016); Já a terceira dimensão está relacionada com a articulação de programas e políticas que promovem a autonomia e a inclusão de forma produtiva.

A focalização é o principal meio em que o Programa se baseia para analisar as famílias que estão na lista de espera do benefício, tendo como principal objetivo transferir renda para as famílias que estejam nos requisitos que o programa determina sendo que o mesmo não cobre toda a população, fazendo dessa forma com que o benefício seja distribuído para os mais necessitados. Para Souza (2013, p. 140), "a focalização pode ser entendida como um instrumento para aumentar a capacidade de cobertura do programa (percentual de elegíveis que recebem o benefício), dada uma mesma quantidade de recursos."

O intuito da focalização é de atingir aqueles que mais necessitam e que vivem em condições de extrema pobreza e pobreza, construindo dessa forma alternativas para que as famílias beneficiárias consigam sua autonomia.

Apesar de se resumir na renda, muitas críticas negativas e positivas rodeiam esse ponto da focalização.

Há que se considerar que a concepção de focalização no contexto das reformas dos programas sociais na América latina tem sido orientada pelo ideário neoliberal, significando medidas meramente compensatórias aos efeitos do ajuste estrutural sobre as populações vulneráveis. Marcou, assim, a interrupção de uma luta em prol da construção da universalização de direitos sociais com ações universais. (SILVA, 2007 apud RIBEIRO, 2013, p. 11).

Para Kerstenetzky (2009, apud RIBEIRO, 2013, p. 12), a focalização dentro dessas políticas faz com que o financiamento das mesmas perca força e credibilidade.

Políticas sociais focalizadas podem enfraquecer a disposição para pagar impostos que a financiem por meio do princípio da segregação que está inscrito nelas, segundo o qual "alguns pagam enquanto outros se beneficiam". Se a política é percebida desse modo, tem que contar com um sentido de solidariedade muito forte (quase irracional), que ela mesma inviabiliza na medida em que reforça a segregação. Essa idéia não pressupõe que as pessoas sejam por natureza autointeressadas, mas que a solidariedade requeira pelo menos um sentido de identificação ou simpatia com os beneficiários, que é, no entanto, solapada pela segregação [...] Políticas redistributivas de renda tendem a redistribuir menos do que políticas de renda universais porque há uma tendência de haver menos a ser redistribuído.

O Programa Bolsa Família possui condicionalidades, que são compromissos assumidos pelas famílias nas áreas da saúde e da educação. O quadro a seguir resume tais condicionalidades. (Quadro 5).

QUADRO 5 – CONDICIONALIDADES DO PBF

| Saúde | Educação | Assistência Social |
|---|--|--|
| <p>Para as grávidas e as mulheres que estiverem amamentando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fazer os exames antes do nascimento do bebê (pré-natal); • Ir às consultas no posto de saúde mais próximo de sua casa, com o cartão de gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS); e • É aconselhável que participem de atividades educativas oferecidas pelas equipes de saúde sobre o aleitamento materno e a promoção da alimentação saudável. <p>Para os responsáveis por</p> | <p>Matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas; e garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. O principal objetivo é promover a inclusão e a permanência escolar.</p> | <p>Frequência de 85% no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Peti, atendendo crianças e adolescentes até 15 anos, beneficiários do Peti/PBF.</p> |

| | | |
|--|--|--|
| <p>crianças menores de sete anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levar as crianças aos locais de campanhas de vacinação; • Manter atualizado o calendário de vacinação, de acordo com as instruções do Ministério da Saúde; e • Levar as crianças ao posto de saúde, com o cartão de saúde da criança, para acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento, entre outras ações, conforme o calendário estipulado pelo Ministério da Saúde. | | |
|--|--|--|

Fonte: elaboração da autora com base no Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (2013).

Segundo o IPEA (2013) no quesito educação, as crianças que recebem o benefício demonstram um maior rendimento escolar em comparação com as outras que não são beneficiárias; e na questão da saúde houve redução significativa da desnutrição e um melhor acompanhamento em relação ao calendário nutricional dos mesmos.

Também surgem críticas a respeito das condicionalidades, pois se as famílias não cumprirem esses requisitos são desligadas do programa. A família primeiro receberá uma notificação a respeito dos descumprimentos das

condicionalidades para que seja solucionado, mas caso o problema persista, o benefício é cancelado.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável por verificar se as famílias estão cumprindo os requisitos e, em caso negativo, os cancelamentos dos benefícios podem ser feitos pela Secretaria Nacional de Renda (SENARC) e também pelo gestor responsável do município.

Os principais motivos de cancelamento/bloqueio, segundo o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (2013, p. 71), são:

- Ausência de revisão cadastral das famílias beneficiárias do PBF no prazo estabelecido;
- Indícios de omissão de informação ou de prestação de informações falsas, identificadas em cruzamento do Cadastro Único com outras bases de dados;
- Procedimentos de fiscalização do MDS; e
- Descumprimento ou ausência de informações de condicionalidades.
- Não localização da família no endereço informado no Cadastro Único;
- Indício de renda familiar per capita superior ao limite de meio salário-mínimo mensal; e
- Não localização de crianças e/ou de adolescentes nos estabelecimentos de ensino.
- Ou por decisão judicial.

Segundo Ribeiro (2013) essas condicionalidades procuram fazer com que mais famílias em situações vulneráveis adentrem ao programa e tenham acesso a serviços sociais básicos, como saúde, educação e assistência social, tentando acabar com o ciclo geracional da pobreza. Compete ao poder público essa responsabilidade de identificar quem são, quais são, onde estão e tentar juntamente com os estados e municípios garantir efetivamente o acesso aos serviços e efetivar as garantias sociais.

Para verificar como os municípios se portam diante dessas questões, foi criado o ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (ÍGD).

Segundo Ribeiro (2013, p. 14).

São consideradas quatro variáveis com peso de 0,25 cada uma e quanto mais próximo de um, melhor será o indicador. São estas as variáveis: frequência escolar, acompanhamento dos beneficiários nos postos de saúde, cadastramento correto e atualização cadastral [...]. Os municípios que conseguem IGD acima de 0,4 recebem um incentivo financeiro para manterem o índice sempre num patamar igual ou superior ao estabelecido.

O Cadastro Único foi criado no ano de 2001, sob o Decreto 3.877 de julho de 2001. É responsável por coletar dados que sejam capazes de dar suporte e informar a situação das famílias cadastradas.

Os principais objetivos do Cadastro Único, segundo Romero e Duarte (20??, p. 7), são:

a canalização do processo de desenvolvimento, através dos métodos de apoio à gestão pública. Até porque, centralizando o gerenciamento no governo federal tende a diminuir o déficit de aplicação de projetos nos municípios e reduzir os desvios de verbas públicas. Observa-se que o governo federal está implementando este sistema, visando prioritariamente, simplificar o cadastramento de famílias de baixa renda, nos programas de transferência direta de benefícios e fiscalizando de forma contínua os beneficiários dos programas implementados.

É um importante instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda permitindo que o Governo possa ter uma visão de como está a situação das famílias e das cidades brasileiras. O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos. O cadastramento das famílias é realizado pelos municípios que tenham aderido ao CadÚnico com preenchimento de modelo de formulário estabelecido pelo MDS. Suas informações são utilizadas para a identificação e seleção de famílias pobres e extremamente pobres para programas sociais e diversos outros programas com diferentes recortes de renda.

O Cadastro Único é uma ponte que possibilita o acesso dessas famílias a políticas públicas voltadas para o combate à pobreza. A boa qualidade das informações assegura a inserção, em programas sociais, de famílias que

realmente atendam aos critérios estabelecidos. Assim, para a correta identificação das vulnerabilidades sociais, é necessário que os municípios realizem o cadastramento das famílias de forma eficiente, com métodos e técnicas adequadas.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem realizado diversas ações para aperfeiçoar as informações do CadÚnico. Com a uniformização de conceitos e a padronização no registro das informações, torna-se possível qualificar o preenchimento dos formulários do Cadastro Único. Tendo em vista essa qualificação, o MDS, através da Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (SENARC) implantam a cada ano um Novo Modelo de Formulário do Cadastro Único para Programas Sociais. O Cadastro Único se divide em duas versões, conforme quadro 6, abaixo:

QUADRO 6 – VERSÕES DO CADASTRO ÚNICO

| Versão 6.05 | Versão 7 |
|--|--|
| Podia ser acessada em modo off-line, distribuía as informações a nível nacional. | Acessada somente em modo online. Não necessita de transmissão das informações a base nacional. Com as atualizações sobre essa versão, a versão 6.05 foi extinguida, devido as inovações tecnológicas sobre a mesma. |

Fonte: elaboração da autora com base em informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O Sistema Gestão de Benefícios (SIBEC) foi criado com o intuito de facilitar a forma como a gestão dos benefícios é controlada. Segundo Santos (2007) essa versão foi criada para dar mais transparência ao Programa, sendo que é através dele que qualquer segmento pode ter acesso a ele via online, permitindo que todos tenham noção de como o benefício é distribuído.

Para o manuseio dessas versões deve haver capacitações frequentemente, para que os responsáveis por essas funções tenham domínio sobre o mesmo. Segundo Costa (2009) a quantidade definida de profissionais é

referente à quantidade de famílias que estão inseridas no Cadastro Único. São eles:

QUADRO 7 – PROFISSIONAIS DO CADÚNICO E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES

| Cargo | Funções |
|------------------------------|--|
| Entrevistador | Responsável por preencher os formulários das famílias. |
| Supervisor de Campo | Verifica como anda o processo do cadastramento. |
| Assistente Social | Identifica o perfil das famílias que compõem o Cadastro Único. |
| Supervisor do Cadastro único | Verifica como anda o processo de preenchimento dos formulários. |
| Administrador de Rede | Configura os computadores, com ênfase nas redes, instalação de equipamentos, entre outros. |
| Digitador | Responsável por digitar as informações dos usuários no Cadastro único. |

Fonte: elaboração da autora com base em Costa (2009).

Segundo Santana (2007) através da junção e integralização procurou-se buscar uma nova forma de política social, com o intuito de adquirir um maior conhecimento sobre as reais necessidades das famílias e melhorar a forma como as informações eram colhidas. Os recursos disponibilizados são eficientes, mas não suprem totalmente as necessidades das famílias beneficiadas.

Ao se propor a integração se buscou estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguisse da tradição assistencial e fragmentada. O objetivo era integrar e direcionar as políticas para adquirir escala, massa crítica e arcabouço institucional adequado de modo a incorporar os avanços obtidos sem paralisar o pagamento dos benefícios para as famílias que realmente precisassem. Buscava-se,

também, otimizar os mecanismos de gestão para que o uso dos recursos fosse mais racional e houvesse uma articulação de iniciativas de diferentes pastas bem como um estímulo para que a comunidade participasse da gestão. (SANTANA, 2007, p. 4).

O Programa Bolsa Família, apesar de ser um programa de grande destaque e que possibilitou a saída de algumas famílias da linha da miséria, é alvo de críticas negativas e positivas. Segundo Queiroz (2011, p. 23)

No Brasil, as discussões acerca dos programas de transferência de renda não são livres de polêmicas e disputas em diversos setores da sociedade. Para uns, o Programa Bolsa Família caracteriza-se como uma ação paternalista inibidora da auto-suficiência individual por méritos próprios. Para outros, o PBF se constitui como um pré-requisito ao legítimo exercício da cidadania.

A crítica que ganha maior destaque é a de que o benefício concedido gera acomodação por parte dos usuários, o chamado "efeito preguiça". Segundo Suplicy (2002 apud MESQUITA, 2007, p. 66), a partir do momento em que o usuário passa a receber o benefício, cresce junto com ele o saber do que é bom ou não para ele em condições de trabalho, se baseando no sustento do valor repassado através do programa.

De acordo com entrevistas feitas por Walquíria Domingues Leão Rêgo e Alessandro Pinzani, encontradas no livro "Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania" essa afirmação do efeito preguiça é desconsiderada, pois

[...] em geral, todas as mulheres registraram mudanças relevantes em sua vida material, embora um número importante entre elas se queixasse do valor baixo do auxílio (muitas o definiram como "uma ajuda") e quase todas afirmassem preferir um trabalho regular. Nesse sentido, cabe salientar, contra uma opinião preconceituosa bastante difundida, que, entre as 150 entrevistadas, somente duas afirmaram ter deixado de trabalhar para viver do Bolsa Família. Ambas trabalhavam como empregadas domésticas para famílias de classe média recebendo um "salário" de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 (para trabalhar respectivamente, seis dias e meio e seis dias por semana). (IPEA, 2013, p. 361).

Outra crítica acerca do Programa é a de que ocorre mercantilização dos direitos dos beneficiários, ou seja, fazer com os direitos que devem ser essenciais se tornem algo comum, se tornando mercadoria. Para Faleiros (2008 apud QUEIROZ, 2011, p. 27)

Essa medida tem o duplo efeito de controlar o contribuinte e de mercantilizar ainda mais, a política social, obrigando o indivíduo a abastecer-se no mercado, garantindo-se o regime capitalista na sua essência, isto é, como regime produtor de mercadorias. A transformação capitalista ao nível das políticas sociais consiste, justamente, nessa mercantilização dos serviços e dos benefícios, num só movimento, em que a produção dos benefícios e serviços consome mercadorias, transforma-os em mercadorias, obriga à compra de mercadorias e coloca o homem como mercadoria.

Muitas são as polêmicas que cercam o Programa, mas é inegável o seu significado para que muitas famílias tenham saído da linha da extrema pobreza e mesmo abaixo dela.

CAPÍTULO II

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO: UMA BREVE APROXIMAÇÃO

2 BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO: UMA BREVE APROXIMAÇÃO

Nesse capítulo apresentamos os resultados da pesquisa realizada com 35 beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes no município de Nossa Senhora do Socorro/SE. No primeiro item trazemos os dados do perfil e no segundo, alguns dados sobre o benefício.

2. 1 Perfil das pessoas pesquisadas

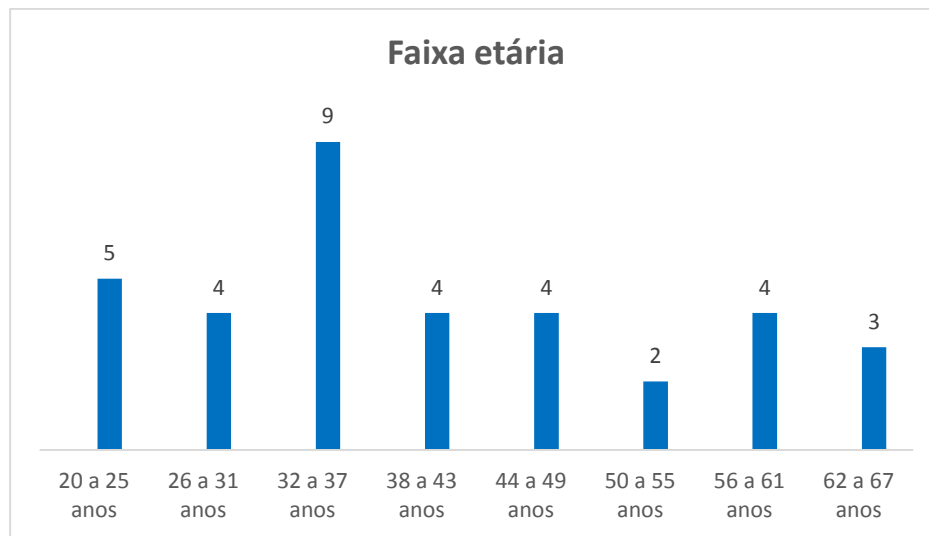
2.1. 1 Sexo

Do total pesquisado, 100% são mulheres, as quais se disponibilizaram a responder o formulário.

2. 1. 2 Faixa Etária

As idades das mulheres pesquisadas variaram entre 20 a 62 anos, apresentado um maior índice na faixa de 32 a 37 anos, com aproximadamente 25,7 %. Em segundo lugar ficaram as mulheres que possuem de 20 a 25 anos, com 14,3%. Em terceiro, com o mesmo índice de outros intervalos, ficaram as que têm de 26 a 31 anos, ou seja, 11,4%. Somando-se os três intervalos, temos que a maioria (51,4%) das beneficiárias é jovem. As faixas de 38 a 43, de 44 a 49 e 56 a 61 anos apresentaram os mesmos percentuais, 11,4 % cada, o que totaliza 34,2 %. Os mais baixos índices são das mulheres na faixa de 50 a 55 anos (5,7 %) e 62 a 67, como 8,6 %.(Gráfico 1). Apesar da predominância de mulheres jovens, em idade produtiva, encontramos um perfil heterogêneo e com beneficiárias em idade mais avançada.

Gráfico 1

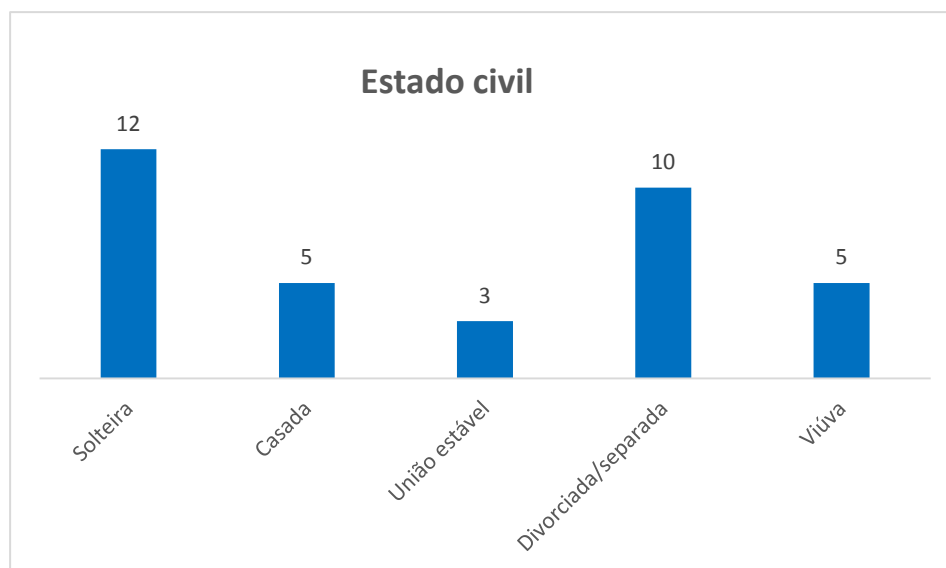


Fonte: ELABORADO PELA AUTORA

2. 1. 3 Estado Civil

Sobre o estado civil, os dados do gráfico 2 mostram que 34,3 % das mulheres são solteiras e 28,6 %, divorciadas ou separadas, totalizando 63 % de beneficiárias que são as principais provedoras da família, porém, o fato de serem separadas ou divorciadas não significa que não são provedoras das famílias, pois existem muitas casadas que também têm esse papel – maridos desempregados, entre outros. Entre as demais, casadas e viúvas aparecem com o mesmo percentual (14,3%), e 8,6% em união estável.

Gráfico 2

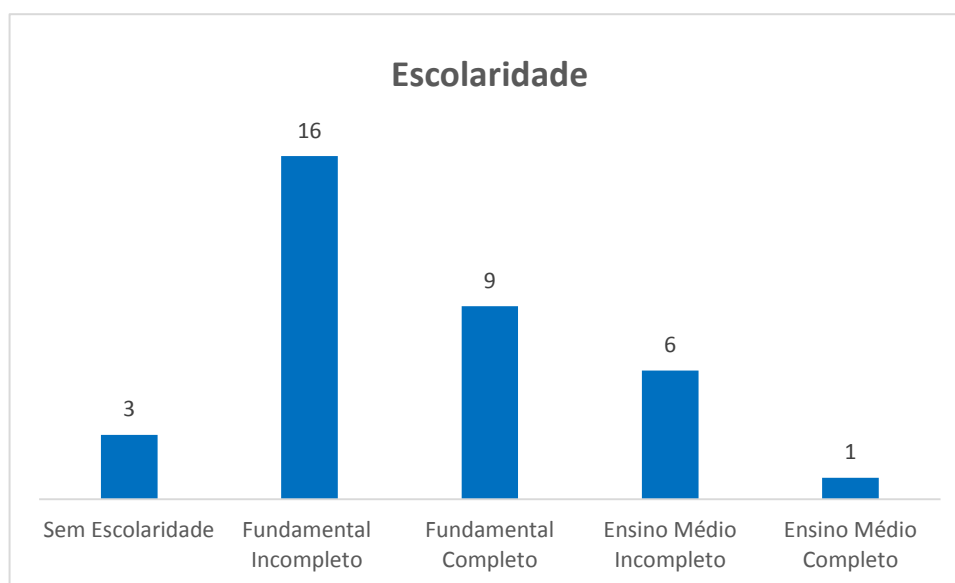


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 1. 4 Escolaridade

Neste item, os dados mostram o baixo nível de escolaridade das beneficiárias, em que o ensino médio completo aparece como o mais alto, e apenas uma pessoa o possui (2,8%). Nos demais casos, a escolaridade está assim distribuída: 45,7% possuem o ensino fundamental incompleto; 25,7% têm o fundamental completo; e 17,1%, o ensino médio completo. Cabe destacar que três pessoas (8,6%) não têm escolaridade (gráfico 3). O nível de escolaridade das mulheres é um dado preocupante quando ao acesso à cidadania, nas possibilidades de inserção no mercado, cuja exigência de qualificação e competitividade têm se agravado cada vez mais. Com isso, fica difícil sobreviverem sem o benefício.

Gráfico 3



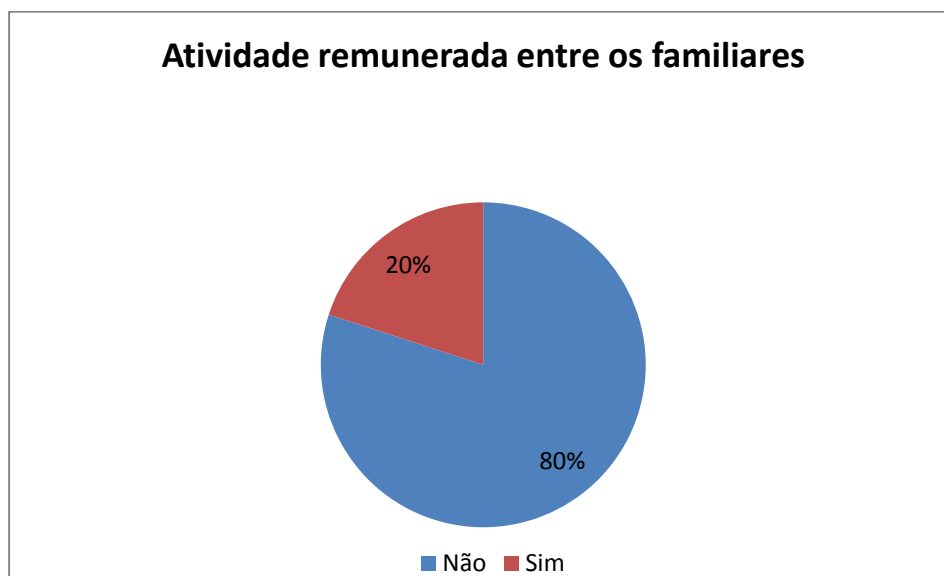
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 1. 5 Atividade Remunerada na Família

Uma das perguntas do formulário era se alguém do âmbito familiar exerce atividade remunerada, sendo negativa a maioria das respostas (80%), contra apenas 20% das que disseram sim, que na família alguém exerce algum tipo de trabalho remunerado. (Gráfico 4).

De acordo com os dados obtidos, percebemos que o índice de pessoas que não trabalham é bem maior do que as que trabalham, remetendo dessa forma ao chamado “efeito preguiça”, que afirma que as pessoas não procuram emprego devido ao valor recebido através do benefício do Programa Bolsa Família.

Gráfico 4



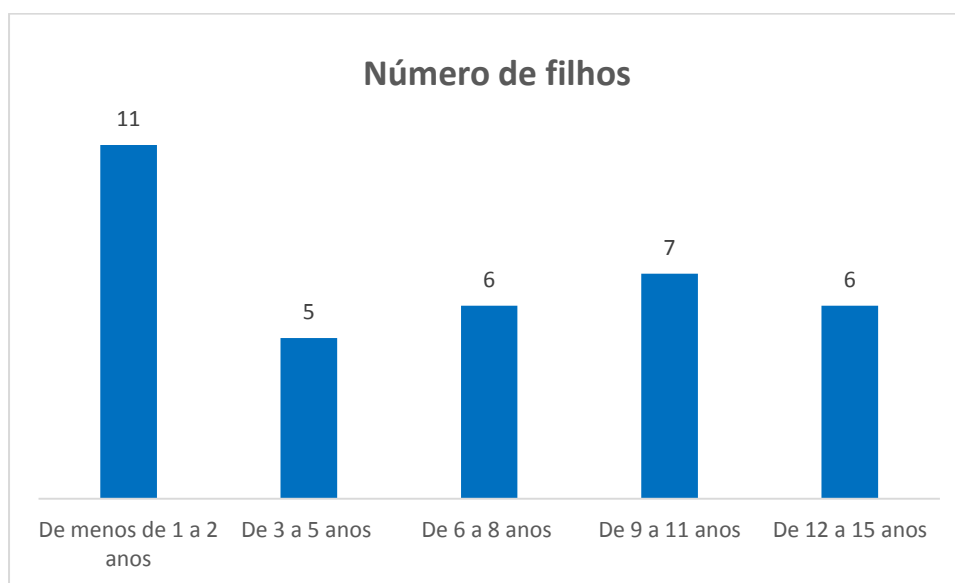
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2.1.6 Número de Filhos

O número de filhos das entrevistadas varia bastante, de menos de uma 15 anos, prevalecendo o índice entre as idades de menos de um ano a dois anos, com 31,4%; em segundo lugar, vem o intervalo de nove a 11 anos, com 20%; em terceiro, com os mesmos percentuais (17,1%), aparecem as idades de seis a oito anos, e de 12 a 15 anos. Com índice próximo (14,3%), ficou o intervalo de três a cinco anos. (Gráfico 5).

Quando somamos os resultados das idades de menos de um a cinco anos, observamos que 48,5% se encontram nessas faixas, demonstrando o quase predomínio de crianças muito pequenas, que provavelmente ainda dependem do cuidado das mães. Esse fator, aliado à baixa escolaridade das mulheres, dificulta ainda mais o ingresso delas no mercado de trabalho.

Gráfico 5



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2.2 Dados Relativos ao Benefício

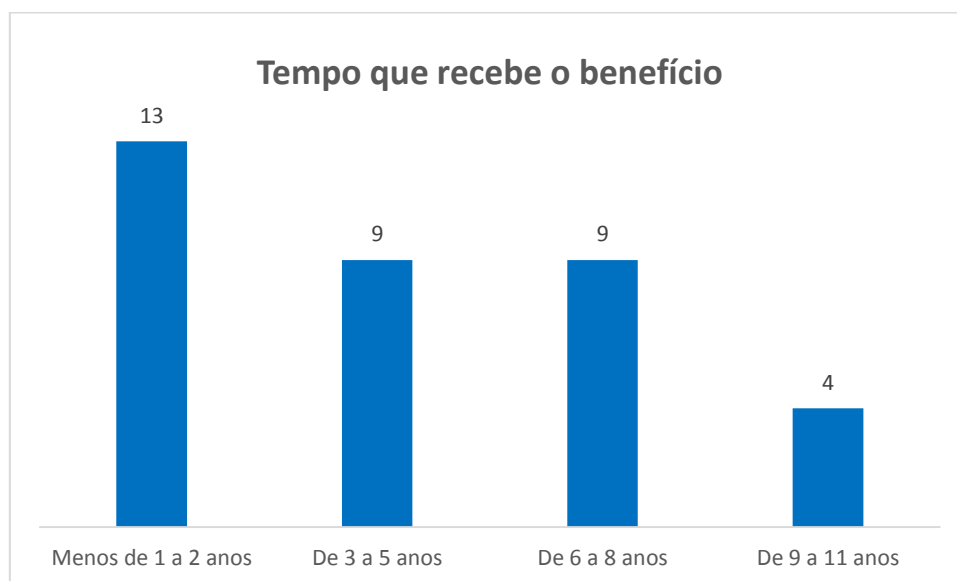
2.2.1 Titular do Benefício

Sobre a titularidade do benefício, todas responderam que eram as mães a principal gestora, correspondendo a 100% das pesquisadas.

2.2.2 Tempo que Recebe o Benefício

Através do gráfico 6 podemos ver o tempo em que as pesquisadas recebem o benefício predominando as que estão no intervalo de menos de um a dois anos, com 37,1%. Com os mesmos índices (25,7%) ficaram as que recebem de três a cinco anos, e de seis a oito anos. Por último, temos 11,43%, que recebem entre nove e onze anos. Esses dados são correntes com a idade dos filhos.

Gráfico 6

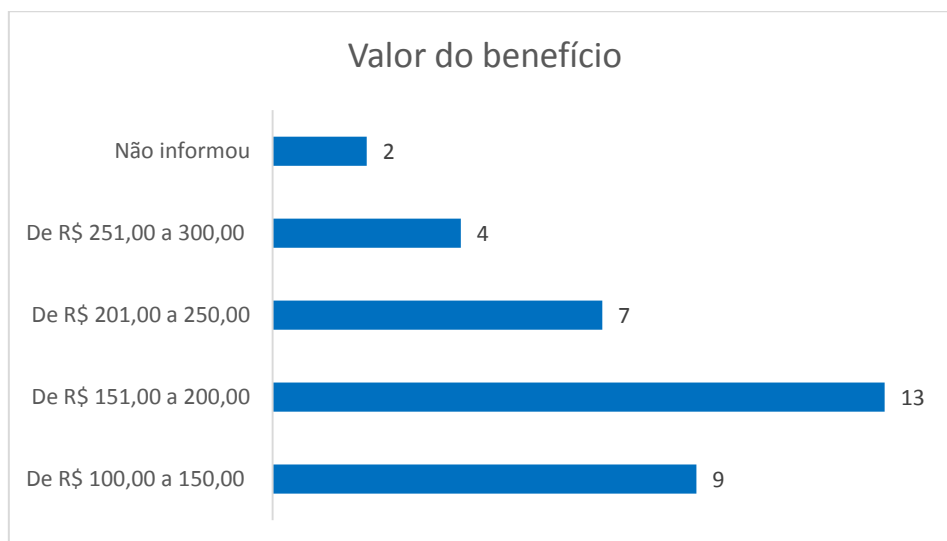


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 2. 3 Valor Recebido

Através do gráfico 7, podemos ver os valores que as mulheres recebem, destacando-se a faixa que recebe de R\$151,00 a 200,00, perfazendo um total de 37,1%. Com 25,7% estão as que recebem de R\$100,00 a 150,00, seguidas da faixa que vai de R\$201,00 a 250,00 (20%) e da que engloba de R\$251,00 a 300,00. Duas pessoas não informaram.

Gráfico 7

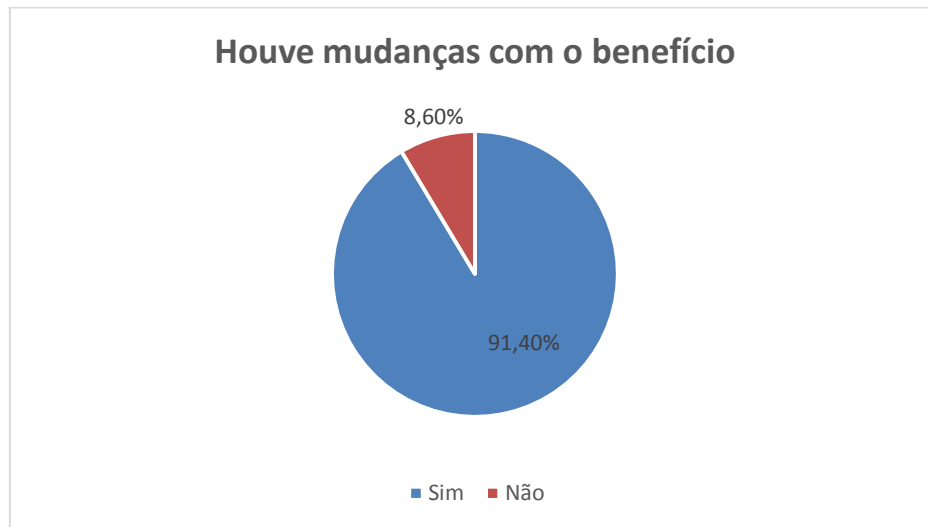


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 2. 4 Mudanças após o Benefício

Quanto ao fato de ter ocorrido mudanças após o recebimento do benefício, 91,4% responderam afirmativamente (gráfico 8). Quando perguntadas sobre as mudanças que ocorreram após a concessão do benefício, a maioria delas informou que houve melhoria, principalmente por terem o seu próprio dinheiro para gastarem com o que precisam. Esse dado mostra a importância do benefício para a vida dessas famílias.

Gráfico 8

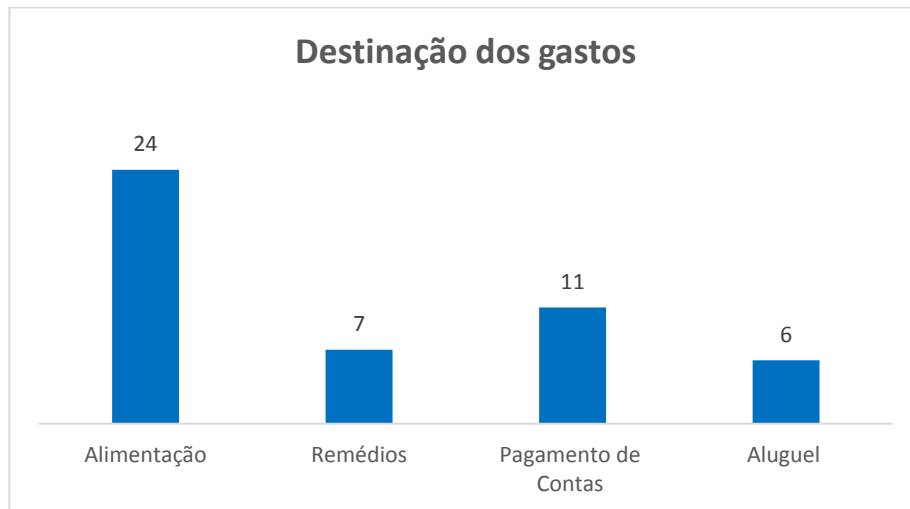


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 2. 5 Destinação dos Gastos

Em relação aos gastos com o valor do benefício, as respostas se distribuíram nos seguintes itens, segundo a ordem decrescente: alimentação (68,6%); pagamentos de contas de água e energia (31,4%); remédios (20,0%); e aluguel, com 17,1% (gráfico 9). Esses dados mostram como o Programa proporciona uma melhoria nas condições de vida dessas famílias, pois através dos valores recebidos é possível ter acesso a itens básicos e fundamentais, como moradia e alimentação.

Gráfico 9

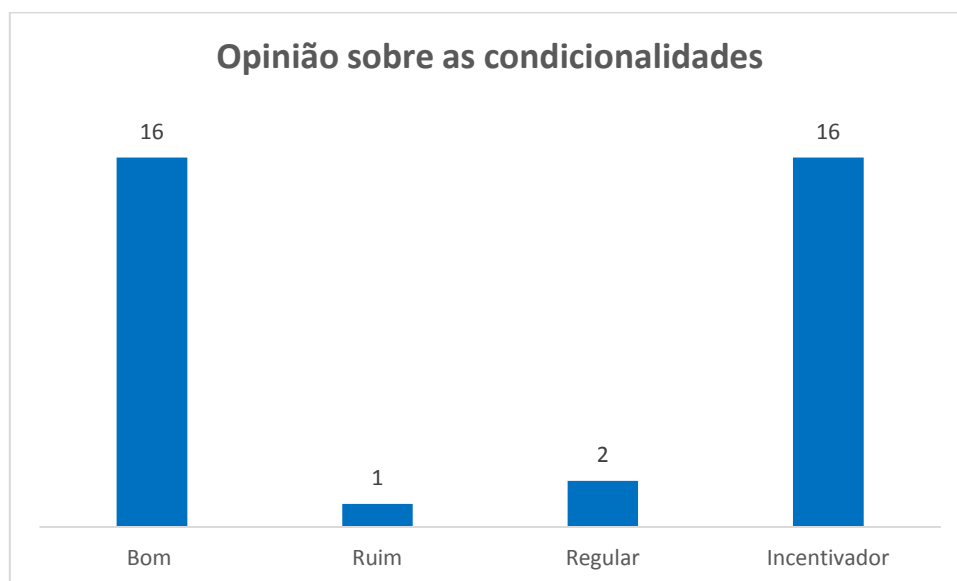


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 2. 6 Opinião sobre as Condicionalidades do Programa

Foi perguntado o que elas acham sobre as condicionalidades que são exigidas nos quesitos de saúde e educação para a continuidade no Programa. As respostas “bom” e “incentivador” obtiveram os mesmos percentuais (45,7%) (gráfico 10). Em ambos os casos, as pesquisadas consideraram importante para que tanto as crianças, como os jovens frequentem a escola de maneira regular e estejam com a vacinação em dia, no caso das crianças.

Gráfico 10

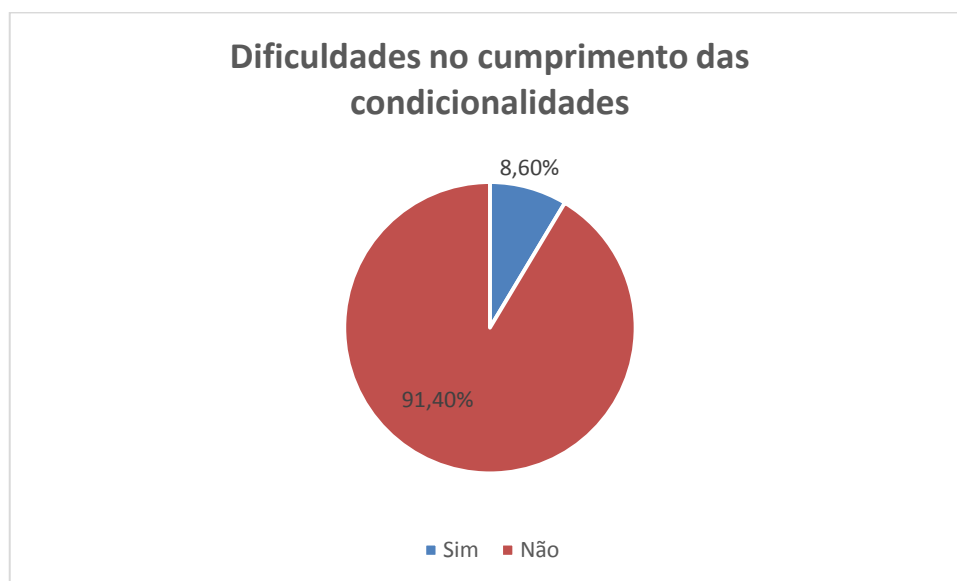


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 2. 7 Dificuldades no Cumprimento das Condicionalidades

Também foi questionado se as mesmas encontram dificuldades em cumprir condicionalidades do Programa, a maioria delas afirmou que não, mas algumas disseram que sim, devido a fatores como desestímulo por parte da criança em frequentar a escola ou dificuldades em manter as vacinas das crianças em dia. (Gráfico 11).

Gráfico 11

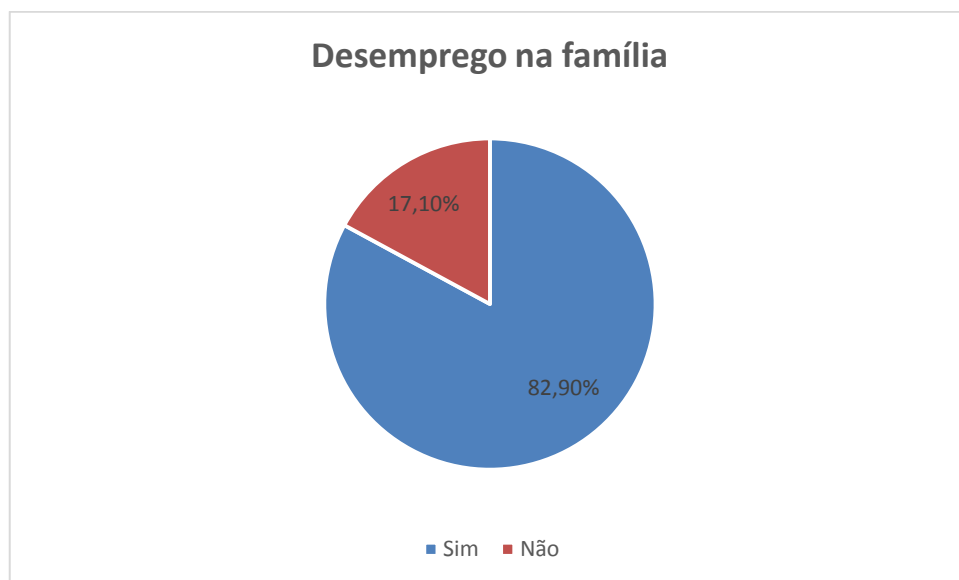


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

2. 2. 8 Desemprego na Família

Em relação a ter alguém na família que está desempregado, 29 mulheres afirmaram que sim, correspondendo a 82,9%, e as outras seis afirmaram que não, perfazendo 17,1%. (Gráfico 12). Também foi perguntando às que responderam que possuem desempregados na família, se os mesmos estão à procura de emprego, elas informaram que sim.

Gráfico 12



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é um programa que vem permitindo avanços para diversas famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Foi criado por meio da unificação de outros programas de transferência de renda que já existiam no Brasil, tendo como principal objetivo, além da redução da pobreza, garantir a segurança alimentar.

Através da pesquisa bibliográfica, podemos nos aproximar do processo histórico das políticas sociais e vemos também que sempre existiram dificuldades em fazer com que os direitos fossem distribuídos de forma igualitária para todos. No item do Programa Bolsa Família, tivemos também a oportunidade de nos aprofundar mais no benefício e conhecer a sua implementação, os seus objetivos, o público alvo, as exigências que possui. O presente trabalho permitiu verificar a visão que as beneficiárias possuem acerca do Programa e as dificuldades que algumas encontram para cumprir as condicionalidades e continuarem a receber o benefício.

A faixa etária das pesquisadas obteve um maior índice entre 32 e 37 anos, sendo que a grande maioria delas não possui o nível fundamental completo. A maioria é solteira e não possuem mais alguém em sua composição familiar que exerça algum tipo de atividade remunerada, fazendo muitas vezes com que o benefício seja a única fonte de renda da família.

Todas as 35 mulheres afirmaram que a principal gestora do benefício são elas mesmas e que, apesar do valor do benefício ser baixo, possibilita à mulher adquirir autonomia, pois ela mais do que ninguém sabe realmente em que o valor deve ser gasto. A maioria delas afirmou que o dinheiro é destinado à alimentação e pagamentos de contas. Poucas afirmaram que encontram dificuldades em cumprir as condicionalidades, devido ao desestímulo por parte da criança/adolescente em frequentar a escola, sendo o incentivo da família fundamental para continuarem a estudar, não só pelo benefício, mas pelo futuro que o espera. Na questão da saúde, foi reconhecida a importância em manter a vacinação das crianças em dia.

Podemos concluir, portanto, que o presente trabalho contribuiu de maneira significativa devido à importância social que o Programa possui. Possibilitou adquirirmos outra visão sobre o Programa, desmistificando a

titulação de “caridade”, sendo que o mesmo vai muito além do que uma distribuição de valores. O Programa permite adquirir autonomia, além de incentivar a melhoria da educação e saúde das crianças, por meio das condicionalidades.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL - Escritório no Brasil/ DEFID, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BPC. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?page_id=770>. Acesso em 21 set. 2017.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Manual de Gestão do Programa Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2017.

Calendário do Bolsa Família. Disponível em: <<http://calendariobolsafamilia2016.org/calendario-bolsa-familia-2017/>>. Acesso em 15 ago. 2017.

CARVALHO, Anailza Perini; LEITE, Izildo Corrêa. As ações de enfrentamento da pobreza e a origem e as principais características da política social no ocidente europeu e no Brasil. **Sociedadeemdebate**. Pelotas, v. 17, n. 1, 2011.

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos. As políticas Sociais da Constituição de 1988: Conquistas e Desafios. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. 2 ed. IPEA, 2009.

COLARES, Mônica Socorro Pereira. **Renda Básica de Cidadania e políticas de bem-estar (cuidados, políticas familiares, aposentadorias e pensões, serviços sociais e a transição de programas condicionais para universais)**. Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Adriana Alves. **O cadastro único no processo de interventivo do assistente social**: instrumento de controle ou de acesso na política de assistência social no município de Toledo/Paraná? Toledo, 2012.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Estado e Políticas Sociais no Brasil**: formas históricas de enfrentamento a pobreza. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/da432eb1d3cfdb310903Cleonilda.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2017.

DE SOUSA, Adinari Moreira; DE SOUSA, Alcinélia Moreira. **Política social pós-Segunda Guerra Mundial**: construção do *WelfareState* sob a concepção de cidadania e seguridade social. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2430625-Politica-social-pos-segunda-guerra-mundial-construcao-do-welfare-state-sob-a-concepcao-de-cidadania-e-seguridade-social-resumo.html>>. Acesso em 19 jun. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 2000.

Fundo de Garantia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo de Garantia do Tempo de Servi%C3%A7o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_de_Garantia_do_Tempo_de_Servi%C3%A7o)>. Acesso em 26 ago. 2017.

INSS. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto Nacional do Seguro Social](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_do_Seguro_Social)>. Acesso em 26 ago. 2017.

MACEDO, Myrtes de Aguiar; BRITO, Sebastiana Rodrigues de. **Transferência de renda**: nova face da proteção social? Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

MESQUITA, CamileSahb. **O Programa Bolsa Família**: Uma análise de seu impacto e alcance Social. Brasília, 2007.

Neoliberalismo. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em 26 ago. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

ONU (Organização das nações Unidas). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>> Acesso em 14 de ago. 2017.

PETI. Disponível em: <[http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso PETI.pdf](http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PETI.pdf)> Acesso em 21 set. 2017.

PIANA, Maria Cristina. **As Políticas Sociais no Contexto Brasileiro: natureza e desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2009. [não negrita]

PINHEIRO JÚNIOR, Fernando Antônio França Sette. **A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. Disponível em: <<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2017.[não negrita]

Plano Cohen. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php>>. Acesso em 26 ago. 2017.

QUEIROZ, Eliza Carla Aleixo de Araújo. **Programa Bolsa Família: críticas e perspectivas**. Campinha Grande, 2011.

RÊGO, Walquíria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa Bolsa Família. In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. IPEA, 2013.

RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: UniCeará, 2007.

RIVA, Morgan. **O estado de bem-estar social no Brasil e suas instituições**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/69981>>. Acesso em 02 jun. 2017.

ROMERO, Paulo Rogério Pelegrin. DUARTE, Evaristo EmigdioColmán. **Aplicação do Cadastro Único à gestão da Política de Assistência Social em Londrina/PR**. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/17.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2017.

ROSA, Kyriê Machado da. **Política social: a serviço de quem?** Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/l/22.pdf>. Acesso em 01 jul. 2017.

SANTANA, Jomar Álace. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2016/07/SemPopPob07_1019.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. Acesso em 27 de set. 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília-DF, IPEA, 2014.

SUCAIAR, Itálva Silva Pereira. **Bases econômicas do Estado de Bem Estar Social: Keynesianismo**. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http://www.dad.uem.br/especs/monosemad/trabalhos/_1320322371.doc>. Acesso em 14 de ago. 2017.

ZANLUCA, Júlio César. **A consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <<http://www.quiatrabalhista.com.br/tematicas/clt.htm>>. Acesso em 03 jul. 2017

APÊNDICE

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Dados Pessoais

1) Sexo: () Feminino () Masculino

2) Idade:

3) Estado Civil:

() Solteiro

() Casado

() Divorciado/separado

() União estável

() Viúvo

() Outros

4) Escolaridade:

() Sem escolaridade

() Fundamental Incompleto

() Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Superior Incompleto

() Superior Completo

5) Tem pessoas na família que trabalham?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, quantas?

6) Número de membros da família:

7) Número de filhos:

Dados relativos ao benefício

1) Quem é o titular do benefício?

2) Há quanto tempo recebe o benefício?

3) Qual o valor do benefício recebido?

4) O que mudou na sua vida após a concessão do benefício?

5) O valor recebido é gasto com que?

6) Qual a sua opinião sobre as condicionalidades que são impostas nas questões da saúde e educação?

() Bom

() Ruim

() Regular

() Um incentivo

Explique porque

7) Encontra dificuldades em cumprir essas condicionalidades?

() Sim

() Não

Em caso positivo, quais?

8) Tem alguém desempregado na família?

() Sim

() Não

Em caso positivo, tem procurado trabalho?
